

a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Sendo assim, nosso Plano de Governo consiste em abordagem de políticas em cinco grandes áreas: Educação, Saúde, Economia, Infraestrutura de Transportes e Segurança Pública.

3. Educação

As sociedades mais desenvolvidas do mundo somente chegaram ao alto nível de progresso e desenvolvimento porque investiram maciçamente em educação.

Educação de qualidade é direito e dever, e cada um deve exercer sua função, sem abrir mão que lhe cabe na conquista da qualidade. Os pais são agentes indispensáveis nessa parceria com os profissionais da educação e as autoridades constituídas para esse fim.

INVESTIREMOS 10% DO PIB EM EDUCAÇÃO.

Para se ter uma ideia do quadro atual da educação brasileira, a evasão escolar da 1ª Série do Ensino Médio, estava com índice de 11,2% no ano de 2017. Ainda em se tratando do Ensino Médio, a evasão escolar nas 2ª e 3ª séries, se encontra na faixa de 12,7% e 6,8% respectivamente.

Em relação à educação básica no que concerne a rede pública de ensino nas esferas federal, estadual e municipal, conforme o Censo Escolar de 2017, elaborado pelo Ministério da Educação, o país possui 144.726 escolas e alguns indicadores importantes podem ser observados, pois refletem a inépcia da gestão de recursos destinados à educação por parte de estados e municípios e reflete também a ineficiência do governo atual em acompanhar a aplicação dos recursos transferidos aos estados e municípios.

Das 144.726 escolas públicas do país, apenas 36% (52.101 escolas) possuem Bibliotecas. Somente 40% (57.890 escolas) possuem laboratórios de informática e somente 8% (11.578 escolas) possuem laboratório de ciências. O índice de salas para leitura ainda é insuficiente, do total de escolas públicas do país, somente 20% (28.945 escolas) possuem salas para leituras e 22% (31.839 escolas) possuem salas para atendimento especial.

Dessa forma, iremos aumentar o repasse de recursos aos estados e municípios para que esses índices sejam ampliados.

No tocante à acessibilidade para alunos portadores de deficiência, o índice é de 27% (39.076 escolas) apenas de instituições com acessibilidade aos alunos com necessidades especiais. O índice de escolas com banheiros com acessibilidade aos alunos portadores de deficiência é de 37% (53.548 escolas), sendo um índice muito baixo. Vamos trabalhar para que, no segundo ano de governo, esse índice chegue a 50% das escolas, tendo como meta a marca de 100% das escolas brasileiras possuindo banheiros com acessibilidade aos alunos portadores de deficiência até 2022.

Acentuando o quadro crítico da educação básica, o índice de repetência apurado no período 2014-2015 foi de 15,3% entre os alunos da 1ª Série do ensino médio. Acrescenta-se a isso, o índice de reprovação de 14,4% entre os alunos da 6ª Série do ensino fundamental apurado no mesmo período.

Também é alta a quantidade de professores afastados das funções devido transtornos mentais gerados por condições de trabalho ruins. Os transtornos predominantes são: Estresse, Síndrome de Burnout e Mal-estar docente.

Outro ponto importante, diz respeito à situação das universidades públicas no Brasil. Segundo dados de um estudo interno do Ministério da Educação, os gastos das universidades federais aumentaram 40% entre os anos de 2009 e 2016 e o número de estudantes cresceu 44% no mesmo período. São 63 universidades federais e 361 campi.

Apesar da quantidade de alunos ter aumentado, a quantidade de recursos públicos destinados a essas universidades vem diminuindo. No período do segundo semestre de 2017, o corte de verbas foi de 7%.

IREMOS VALORIZAR AS UNIVERSIDADES FEDERAIS QUE JÁ POSSUIMOS E CRIAR NOVAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E CONSTRUIR MAIS CAMPI.

Outro problema em relação ao ensino superior diz respeito aos gastos das universidades públicas que em sua maioria são destinados à folha de pagamento, o que torna inviável a realização de investimentos em infraestrutura e materiais. É nítido que o sistema de educação superior pública do Brasil está saturado.

Portanto, vamos implementar políticas para a educação a fim de reduzir a evasão escolar, diminuir a incidência da reprovação, melhorar a qualidade do ensino, as condições de trabalho dos professores, aumentar o acesso à educação pública e implementar a educação básica em tempo integral nas escolas de todo o país.

Políticas públicas para a área da educação serão elaboradas em conjunto com políticas na área da economia, saúde, emprego e renda e assistência social. Tudo a partir de uma ação conjunta de políticos e técnicos, além disso, por meio da realização de audiências públicas nas diversas regiões e municípios do país a fim de adequar políticas às realidades da população.

Vamos elevar o piso salarial dos trabalhadores em educação, dos atuais R\$ 2.455,35 para um patamar capaz de assegurar condição de vida mais digna aos educadores em tão nobre ofício. Valorizar a ciência, tecnologia e inovação bem como criar mais Institutos Federais de ensino técnico em localidades estratégicas no tocante à formação e capacitação da população mais carente para o mercado de trabalho, além de valorizarmos os Institutos Federais já existentes. Melhorar as técnicas de gestão de pessoas aplicadas aos professores, assegurar aos alunos condições mais favoráveis ao aprendizado e em especial, aos alunos portadores de deficiências físicas, mentais e sensoriais. Essas ações se darão por meio de programas de parcerias com os governos estaduais e municipais voltados exclusivamente para a melhoria das estruturas físicas das escolas, aumento do número de bibliotecas, salas de leitura, laboratórios de informática e de ciências; para compra de melhores materiais didáticos e para ampliação da disponibilidade do transporte público escolar aos estudantes que vivem em áreas rurais.

Além disso, elaborar estudos, audiências públicas nos municípios e pesquisas nos domicílios a fim de obter informações acerca da renda das famílias dos estudantes, do acesso à saúde, das condições psicológicas e sociais dessas famílias com o fito de serem verificados os impactos que as condições de vida dos estudantes possuem no aprendizado.

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, A PRIORIDADE QUE REFLETIRÁ NA SAÚDE, SEGURANÇA, ECONOMIA, NA VIDA COMO UM TODO!

Sendo assim, vamos erradicar o analfabetismo; extinguir o problema da evasão escolar nas variadas faixas etárias; elaborar planos de carreiras mais abrangentes e eficientes para os profissionais da educação; aumentar a

despesa pública voltada para o aspecto educacional, além de implementar políticas públicas que promovam a inclusão social e que, qualifiquem a população de maneira mais intensa para atender as demandas do mercado de trabalho.

4. Saúde

No Brasil, é ineficiente o trabalho realizado por meio de políticas de prevenção às enfermidades, sendo a prática da gestão da saúde pública, voltada em sua maioria para o atendimento das enfermidades após a sua manifestação.

Sendo assim, iremos melhorar a gestão de prevenção às enfermidades com o objetivo de reduzir a pressão sobre os prontos-socorros e hospitais.

Existem hoje em nosso país, aproximadamente 5.530 hospitais. Desse total, aproximadamente 1/3 é constituído por hospitais da rede privada, enquanto que, 2/3 são formados por hospitais da rede pública de saúde.

Os totais de leitos de internação do Sistema Único de Saúde estão distribuídos da seguinte forma entre as regiões brasileiras: A Região Centro Oeste possui 23.714 leitos de internação; a Região Nordeste 95.030 leitos; a Região Norte 22.998 leitos e as Regiões Sudeste e Sul possuem respectivamente, 119.680 e 52.076 leitos, totalizando no país 313.498 leitos de internação.

No que diz respeito à quantidade de leitos de UTI do Sistema Único de Saúde, a quantidade total é de 19.131 leitos. Já, no tocante à quantidade de leitos complementares, o total é de 23.443 leitos, sendo insuficiente para a prestação de serviços públicos de saúde de qualidade.

Além disso, os profissionais da saúde pública carecem de melhores condições de trabalho e melhores equipamentos e materiais. Somente para exemplificar, apenas 3% dos hospitais públicos brasileiros possuem condições adequadas para receber pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC). Dos hospitais particulares, 76% não possuem condições de receberem pacientes com esse quadro clínico, que, diga-se de passagem, é muito grave.

São inúmeras as críticas ao sistema de saúde pública brasileiro. Os hospitais em sua maioria são marcados pela hiperlotação, os profissionais são